

INFORMAÇÕES GERAIS DO TRABALHO

Título do Trabalho: Autoria feminina e os livros didáticos do pnd 2018: um estudo analítico

Autor (es): Docentes: Aline Alves Arruda (IFMG); Claudia Maia (CEFET-MG); Cristiane Côrtes (CEFET-MG); Maria do Rosário Pereira (CEFET-MG). **Discentes:** Lorena Cândida (IFMG), Roberta Martins (IFMG), Marina Pereira Vieira (CEFET-MG), Andressa Garcia Cirino (CEFET-MG).

Palavras-chave: Literatura de autoria feminina, escritoras, PNLD, ensino de literatura, literatura brasileira

Campus: Betim

Área do Conhecimento (CNPq): Letras – Literatura Brasileira

RESUMO

Às mulheres sempre foi relegado o direito à escrita. Embora muito tenha mudado e o espaço dado às escritoras seja hoje maior, no âmbito escolar, especialmente, há muito que conquistar. A primeira legislação brasileira autorizando a educação pública feminina data de 1827. Antes, apenas nos conventos ou em casa, com professores particulares, mulheres eram alfabetizadas. Isso nos mostra o quanto ler e escrever foram atividades negadas às mulheres. Mesmo começando lentamente a partir daí, sabemos que era privilégio de poucas, brancas e de alta classe. No século XX a luta pelo direito ao voto, à educação superior e à inserção no mercado de trabalho com direitos iguais aos dos homens serve de pano de fundo para muitas escritoras alçarem voo. Nomes como os de Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975) e Gilka Machado (1893-1980), destacam-se politicamente e literariamente. Nenhuma delas, no entanto, é estudada na educação básica brasileira, em geral. A partir da experiência das professoras de literatura de Ensino Médio autoras deste projeto, percebeu-se que a maior parte dos escritores citados nos livros didáticos deste nível de ensino são homens brancos. Apesar das recentes atualizações fruto das discussões sobre gênero e etnia dos últimos anos, ainda é pouco o número de mulheres citadas e estudadas nesses livros utilizados pelas escolas públicas de todo o país. Com este projeto pretende-se, assim, descortinar o ensino de literatura no ensino médio através do principal instrumento usado pelos professores brasileiros: o livro didático escolhido pela equipe docente e enviado pelo governo para as escolas de todo o país. Através de estudos teóricos sobre gênero e literatura e, após, um levantamento quantitativo e qualitativo da presença de escritoras nos livros didáticos, vimos percebendo que a frequência maior é de autores homens e brancos. Dessa forma, o alcance dessas coleções é uma amostra de como se pode mudar a realidade do ensino de literatura no país se a informação chegar corretamente aos professores e aos estudantes que utilizam em sala o importante instrumento do livro didático.

INTRODUÇÃO:

Às mulheres sempre foi relegado o direito à escrita. Virginia Woolf já nos avisava em seu clássico *Um teto todo seu* em relação à educação precária para a mulher e as más condições femininas para a escrita. “(...) a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu se pretende mesmo escrever ficção” (Woolf, 1985). A conhecida frase, publicada no livro *Um teto todo seu*, foi dita por Woolf quando de sua palestra para uma plateia feminina em Cambridge, em 1928. Transgredindo o gênero conferência, a escritora inglesa parte dessa tese – de que a mulher que deseja escrever precisa ter privacidade e condições materiais mínimas que lhe propiciem um ambiente de escrita – para proferir uma fala que transita entre palestra, ensaio, ficção ou reflexão, digna de uma escritora como ela, que, nas primeiras décadas do século XX, fez contribuições tão significativas e marcantes para a história da mulher na literatura. Tal afirmação costuma também ser usada no sentido metafórico para abordar a ausência da mulher na tradição literária e discorrer sobre os problemas que aquelas que se queriam escritoras enfrentavam no campo hostil da sociedade masculina.

A frase de Woolf ainda ecoa e nos encontra no século XXI. Embora muito tenha mudado e o espaço dado às escritoras seja hoje maior, no âmbito escolar, especialmente, há muito que conquistar.

A primeira legislação brasileira autorizando a educação pública feminina data de 1827. Antes, apenas nos conventos ou em casa, com professores particulares, mulheres eram alfabetizadas. Isso nos mostra o quanto ler e escrever foram atividades negadas às mulheres. Mesmo começando lentamente a partir daí, sabemos que era privilégio de poucas, brancas e de alta classe.

Precursoras como a potiguar Nísia Floresta (1810-1885), que publicou textos em jornais de grande circulação e também diversos livros, pleitearam para as outras o direito à instrução e ao trabalho. Constância Lima Duarte (2003, s/p) afirma que

em 1832, eram raras as mulheres brasileiras educadas e, em menor número ainda, as escritoras. A mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860), e as gaúchas Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867) e Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), eram algumas dessas exceções hoje conhecidas. Mesmo entre os chamados "jornais femininos", apenas existiam uns poucos periódicos dirigidos por homens mais sensíveis às mudanças do comportamento social, e que se apressavam em oferecer publicações especialmente pasteurizadas para o público feminino.

Mesmas essas escritoras citadas pela professora e pesquisadora mineira não são ainda conhecidas do grande público e nem fazem parte do currículo escolar básico brasileiro.

Ainda no século XIX muitas mulheres, levadas pelo que a pesquisadora chama de "onda feminista" seguem o caminho da educação formal, viajam ao exterior para estudar, ocupam espaço na imprensa nacional e muitas arriscam nas letras literárias ainda cunhando uma história invisível para a maioria de então.

No século XX a luta pelo direito ao voto, à educação superior e à inserção no mercado de trabalho com direitos iguais aos dos homens serve de pano de fundo para muitas escritoras alçarem voo. Nomes como os de Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975), ganhadora do concurso literário da Academia Brasileira de Letras em 1921 e Gilka Machado (1893-1980), que rompeu paradigmas publicando poesia erótica, destacam-se politicamente e literariamente. Nenhuma delas, no entanto, é estudada na educação básica brasileira, em geral.

Talvez Rachel de Queiroz seja o nome que rompa com o cânone masculino ao publicar seu famoso romance *O quinze* em 1930 e, ao se tornar a primeira mulher a ocupar uma cadeira na ABL. O nome dela é dos poucos que notamos, num primeiro momento de rápida leitura, aparecer nos livros didáticos comumente usados nas escolas brasileiras de ensino médio.

À Rachel seguiram-se outros nomes conhecidos como Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, entre outros, além de "desconhecidas", mas com igual importância, como Rose Muraro.

A partir da experiência das professoras de literatura de Ensino Médio autoras deste projeto, percebeu-se que a maior parte dos escritores citados nos livros didáticos deste nível de ensino são homens brancos. Apesar das recentes atualizações fruto das discussões sobre gênero e etnia dos últimos anos, ainda é pouco o número de mulheres citadas e estudadas nesses livros utilizados pelas escolas públicas de todo o país. Além disso, quando citadas, é dado a elas um pequeno espaço ou um pequeno "box" na página inteira, prevalecendo, portanto, quase sempre o cânone masculino e branco predominante na divisão ainda usada de estilos literários.

Com este projeto pretende-se, assim, descortinar o ensino de literatura no ensino médio através do principal instrumento usado pelos professores brasileiros: o livro didático escolhido pela equipe docente e enviado pelo governo para as escolas de todo o país. O alcance dessas coleções é uma amostra de como se pode mudar a realidade do ensino de literatura no país se a informação chegar corretamente aos professores e aos estudantes que utilizam em sala o importante instrumento do livro didático.

METODOLOGIA:

Este projeto é Inter *campi* e além do campus Betim do IFMG, conta com a parceria com os CEFETs de Belo Horizonte e Nepomuceno, através das professoras Claudia Maia, Maria do Rosário Pereira e Cristiane Cortes. Todas doutoras pela UFMG e pesquisadoras de literatura de autoria feminina, membros do grupo de pesquisa *Mulheres em Letras* (UFMG).

Dessa forma, dividimos as coleções dos livros didáticos indicados para o PNLD 2018 entre as pesquisadoras e seus bolsistas e, depois, começamos o trabalho quantitativo e qualitativo.

Auxiliadas pelos bolsistas, temos feito, num primeiro momento, um levantamento quantitativo e onomástico das escritoras presentes nos três volumes das coleções de livros didáticos. Num segundo momento, far-se-á uma análise de como essas mulheres são representadas nas coleções, ou seja, de que forma elas são trazidas pelos autores, como são colocadas para o professor e para o estudante.

Todo esse trabalho tem sido permeado por estudos teóricos sobre a história das mulheres na literatura brasileira, como “A questão do cânone” MUZART (1995), “Feminismo e literatura no Brasil” DUARTE (2003), “Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea” DALCASTAGNÈ (2017).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A princípio, realizou-se pesquisas bibliográficas durante os três primeiros meses. Após estas serem finalizadas, verificou-se que a literatura brasileira contemporânea é limitada.

Segundo Dalcastagnè (2002), os grupos marginalizados recebem a valoração negativa da cultura dominante, o que proporciona uma perspectiva de pontos de vista limitados e não há a representatividade adequada, visto que o número de mulheres é cinco vezes menor que o número de homens.

O livro didático da 1ª série do ensino médio *Português: contexto, interlocução e sentido*, que começou a ser analisado em junho deste ano e foi finalizado em julho, apresenta essas confirmações.

TABELA 1 – NÚMERO DE AUTORAS E AUTORES

Homens	Mulheres
215	41

Em um total de 256 autores, 84% são homens e apenas 16% são mulheres. Realizando uma análise mais atenta, observa-se que 4% são homens negros, enquanto as mulheres negras representam 1% do total.

TABELA 2 – AUTORES E AUTORAS BRANCOS/NEGROS

Homens Brancos	Homens Negros	Mulheres Brancas	Mulheres Negras
205	10	38	3

As próximas etapas da pesquisa incluem a continuação da análise dos livros didáticos para compor o *corpus* do projeto, o que permitirá uma análise mais ampla dos resultados e possíveis justificativas.

CONCLUSÕES:

Durante o desenvolvimento deste projeto, percebeu-se que embora a presença de autorias femininas estejam em constante progresso e crescimento, ainda se faz necessário maior visibilidade e oportunidade para que as autoras ganhem espaço e haja mudança no cenário atual. Nos próximos volumes da coleção *Português: contexto, interlocução e sentido*, espera-se, lamentavelmente, resultados parecidos com os resultados encontrados, ou seja, presume-se uma quantidade majoritariamente de homens, seguida por uma quantidade menor de mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. **Português: Contexto, interlocução e sentido**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016. 312 p.

DALCASTAGNÈ, Regina. Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, v. 20, p. 33-77, 2002.

DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e esteriótipos: Relações raciais na literatura brasileira contemporânea. In: DALCASTAGNÈ, Regina; EBLE, Laeticia. **Literatura e exclusão**. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 217-238.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. *Estudos Avançados* 17 (49), São Paulo, 2003, pp.150-172.

MUZART, Z. L. **A questão do cânone**. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, n.3, p. 85-94, 1995.

Participação em Congressos, publicações e/ou pedidos de proteção intelectual:

Como o a pesquisa é recente (apenas 5 meses), nossos primeiros eventos serão este SIC, caso o trabalho seja aprovado e o III Seminário Nacional Afirmação das diversidades, que acontecerá em Belo Horizonte em setembro próximo, no CEFET-MG.